

MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO
DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TURISMO



PROGRAMA DE
REGIONALIZAÇÃO
DO TURISMO

**Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas
do Mapa do Turismo Brasileiro**
PERGUNTAS E RESPOSTAS

BRASÍLIA, FEVEREIRO DE 2018

ARQUIVO ATUALIZADO EM 23.02.2018

Índice das Perguntas e Respostas

1. O que é a categorização?.....	2
2. Para que serve a categorização?	2
3. Pode-se dizer que a categorização é um diagnóstico?.....	2
4. Como foi feita a categorização?	2
5. Quais dados foram utilizados para se definir as categorias?	3
6. A categorização só considera dados oficiais?.....	3
7. Além do MTur, algum outro órgão colaborou com a construção da categorização?	3
8. Quais os resultados apresentados pela categorização?.....	3
9. Por que só foram utilizados dados do setor de hospedagem?	4
10. Os municípios da categoria A serão os priorizados, a partir de agora, pelo MTur?	4
11. Além da categorização, quais outros instrumentos o MTur considera para a priorização?.....	4
12. A categorização é um processo estanque ou um município poderá mudar de categoria?	4
13. Por que meu município mudou de categoria na atualização 2018?	5
14. Como ficam os 65 destinos indutores, após a categorização?.....	5
15. O que o Programa de Regionalização, o Mapa do Turismo Brasileiro e a categorização dos municípios das regiões turísticas mudam na vida do turista?	6

Permitida a reprodução parcial ou total desde que indicada a fonte.

1. O que é a categorização?

É um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo – MTur para identificar o **desempenho da economia do setor nos municípios** que constam no Mapa do Turismo Brasileiro. Esse instrumento, previsto como uma estratégia de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, permite tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros.

2. Para que serve a categorização?

A categorização pode servir para:

- a) Otimizar a distribuição de recursos públicos;
- b) Orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios;
- c) Aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão;
- d) Auxiliar na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, realizada bienalmente;
- e) Auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional.

3. Pode-se dizer que a categorização é um diagnóstico?

A categorização **não é** um **diagnóstico turístico** de um destino. Também não é um catálogo de informações turísticas de um destino. É um recurso matemático no qual não se avalia potencial turístico, atratividade, potencialidade, qualidade nem demais aspectos de caráter subjetivo. Assim, não estamos comparando os Lençóis Maranhenses com as Cataratas do Iguaçu, por exemplo. O processo de categorização **agrupa municípios de acordo com o desempenho de suas economias do turismo**. Esse agrupamento permite enxergar cada município constante no Mapa do Turismo Brasileiro de forma diferenciada.

4. Como foi feita a categorização?

A categorização foi desenvolvida pela equipe do Ministério do Turismo. Devido à quantidade de municípios inseridos nas 328 regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (3.285 municípios), foram utilizados dados já existentes, **disponíveis para todo o Brasil**, que pudessem ser atualizados periodicamente e que traduzissem a economia do turismo. A partir daí se chegou a quatro variáveis que foram cruzadas em uma análise de *cluster* e deram origem a cinco categorias de municípios (A, B, C, D e E).

Vale destacar que, no processo de construção da metodologia de categorização, o MTur aproveitou as experiências de vários estados que já haviam desenvolvido instrumentos similares e possibilitou a discussão e a contribuição de órgãos estaduais e municipais de turismo e seus colegiados de assessoramento.

5. Quais dados foram utilizados para se definir as categorias?

Foram utilizadas quatro variáveis objetivas diretamente relacionadas à economia do turismo:

VARIÁVEL	FONTE DE COLETA
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	Pesquisa de Serviço de Hospedagem - IBGE
Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego
Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos	Estudo de Demanda Doméstica - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE /MTur
Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais	Estudo de Demanda Internacional – FIPE/MTur

6. A categorização só considera dados oficiais?

Sim, os dados utilizados na categorização se referem aos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Turismo e do IBGE. Não dispomos de dados relativos ao número de empregados informais na hotelaria, por exemplo, e a categorização pode ajudar os municípios, os estados e os Ministérios do Turismo e do Trabalho e Emprego no incentivo à formalização.

7. Além do MTur, algum outro órgão colaborou com a construção da categorização?

Sim. A categorização contou com ampla participação dos órgãos oficiais de turismo estaduais, que nos ajudaram na construção. Além disso, a metodologia foi apresentada no Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e na Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo (ANSEEDITUR), e ficou, durante quatro meses, disponível para críticas e sugestões de estados e municípios. Todas as considerações foram respondidas pela equipe do MTur.

Foi apresentada, também, para os componentes da Câmara Temática de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo (CNT) e da Academia Internacional para o Estudo do Turismo no Brasil (ABRATUR), além do Tribunal de Contas da União e da Comissão de Turismo do Senado Federal, que aprovaram a iniciativa.

8. Quais os resultados apresentados pela categorização?

Os resultados obtidos indicam a formação de 5 grupos, considerando os 3.285 municípios do Mapa do Turismo Brasileiro. São:

- **57 municípios na categoria A**, que representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem;
- **179 municípios na categoria B**;
- **539 municípios na categoria C**;
- **1961 municípios na categoria D**;
- **549 municípios na categoria E**, que representa os municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem.

9. Por que só foram utilizados dados do setor de hospedagem?

Dentre as atividades características do turismo, o setor de hospedagem é o mais adequado, porque quase a totalidade dos que utilizam um hotel, por exemplo, são turistas. Quando se trabalha com outras atividades, como restaurantes ou aluguel de veículos, a utilização por residentes é muito elevada, não retratando uma correspondência mais direta com o turismo. Por isso, o trabalho só considerou o setor de hospedagem, até mesmo porque era a melhor informação disponível.

10. Os municípios da categoria A serão os priorizados, a partir de agora, pelo MTur?

Não necessariamente, pois dependerá do tipo de ação a ser feita e das prioridades definidas pelos gestores do MTur e pelo Plano Nacional de Turismo. É preciso deixar claro que **a categorização não restringe** o número de municípios priorizados. Pelo contrário, ela permite **ampliar o apoio dado pelo MTur aos municípios**. Na Portaria MTur nº 39/2017 **estão previstos apoios para todas as categorias de municípios**, de acordo com o perfil de cada um. O fato de um município ser categorizado em D não significa que ele receberá menos apoio que um município categorizado como A. Para a realização de determinada ação, como, por exemplo, a sensibilização de gestores para o turismo, apoiar os municípios que estão na categoria D pode ser mais importante que apoiar os municípios da categoria A. Além disso, a categorização não é o único instrumento utilizado pelo Ministério do Turismo para definir a implementação de políticas públicas.

11. Além da categorização, quais outros instrumentos o MTur considera para a priorização?

Muitos outros, a começar pelo **Plano Nacional de Turismo**, que define as diretrizes da política nacional de turismo. A priorização também depende do tipo de apoio dado pelo MTur. Com base nas regras e instrumentos já existentes, cada departamento define seus critérios para a priorização. Logo, dados como o município dispor de patrimônio natural ou cultural, possuir inventário da oferta turística, plano de marketing, plano de desenvolvimento, roteiros turísticos consolidados, a existência de instância de governança, podem ser utilizados como **critério adicional de seleção no momento de abertura de chamamento público** para o apoio a projetos e ações por meio de transferências voluntárias de recursos.

12. A categorização é um processo estanque ou um município poderá mudar de categoria?

A categorização é um processo dinâmico e perene que, assim como o Mapa do Turismo Brasileiro, deverá ser atualizado e aperfeiçoado periodicamente. Assim, se um município teve seu fluxo turístico e seus estabelecimentos formais de hospedagem ampliados, provavelmente, na próxima edição da categorização, quando os dados dele serão novamente considerados, ele poderá mudar de categoria.

A equipe do MTur entende que, como qualquer metodologia, a categorização é passível de críticas e de aperfeiçoamentos, que virão com o tempo, com as contribuições de todos, inclusive no sentido de melhorar os dados hoje disponíveis nacionalmente.

13. Por que meu município mudou de categoria na atualização 2018?

De acordo com a metodologia de análise de *cluster*, os municípios que possuem médias semelhantes – nas quatro variáveis analisadas – são reunidos em uma mesma categoria. Todos os 5.570 municípios brasileiros foram analisados e por esse motivo os valores médios das categorias mudaram na última atualização, fazendo com que alguns municípios fossem “puxados” para cima ou para baixo na avaliação.

Ressalta-se que todas as capitais estão na Categoria A e que os municípios que possuem 0 (zero) nas quatro variáveis são agrupados na Categoria “E”. Portanto, o município categorizado como “E” que queria alterar sua categoria para “D” deve trabalhar para formalizar seus meios de hospedagem e incrementar o fluxo de turistas em sua localidade, para que seus dados não apareçam zerados nas pesquisas utilizadas pela Categorização (FIPE, RAIS, PSH) e tenha sua categoria atualizada para “D”.

Para os demais grupos de municípios que desejam mudar de categoria deve haver um esforço maior para que ele se enquadre nos valores médios de cada agrupamento conforme quadro abaixo:

CARACTERIZAÇÃO DAS CATEGORIAS A PARTIR DAS VARIÁVEIS						
Categoria	Nº de municípios	% de municípios no mapa	Valor Médio (não padronizado)			
			Qnt. empregos formais de hospedagem	Qnt. estabelecimentos formais de hospedagem	Estimativa de turistas internacionais	Estimativa de turistas domésticos
A	57	1,74%	2.414	135	143.926	1.637.556
B	179	5,45%	354	33	7.561	215.534
C	539	16,41%	81	10	974	50.990
D	1961	59,70%	9	2	116	9.764
E	549	16,71%	0	0	0	0

14. Como ficam os 65 destinos indutores, após a categorização?

Os 65 destinos indutores foram selecionados em 2007 para a obtenção de padrão de qualidade internacional. A ideia era tornar esses destinos, em um período de quatro anos, modelos do desenvolvimento turístico regional. A priorização desses destinos foi uma tentativa de convergir os esforços do Governo Federal, por meio de uma atuação sinérgica e coordenada. Eles se reconheceriam como núcleos receptores e/ou distribuidores de fluxos turísticos e seriam capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido.

Passados nove anos, verifica-se que tais destinos vêm amadurecendo e evoluindo, no que se refere ao desenvolvimento da atividade turística e à competitividade, considerando-se a avaliação realizada desde 2008 pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional, uma parceria entre Ministério do

Turismo, SEBRAE e Fundação Getúlio Vargas – FGV. Mas, a partir da série histórica obtida com base nesse índice, detectou-se que alguns desses destinos ainda não são capazes de atrair e distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido, como inicialmente era esperado.

Foi nesse contexto que a categorização foi proposta. Fruto de um amadurecimento e aperfeiçoamento da forma de implementação das políticas públicas do Ministério, se buscou ampliar o olhar para todos os municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, mas, agora, avaliando-se o desempenho da economia do turismo de cada município.

O instrumento que irá, a partir de agora, nortear a atuação do Governo Federal para fins de elaboração e implementação de políticas públicas de turismo, passa ser a categorização.

15. O que o Programa de Regionalização, o Mapa do Turismo Brasileiro e a categorização dos municípios das regiões turísticas mudam na vida do turista?

Na medida em que gestores públicos das diversas esferas trabalham de forma integrada, focada em resultados, otimizando o uso de recursos públicos, os destinos naturalmente tendem a melhorar.

O Mapa possibilita que o Ministério do Turismo identifique municípios com atrativos ainda não muito conhecidos. E a categorização faz com que cada município possa ser olhado de forma diferenciada e atendido de acordo com suas especificidades. A estruturação desses destinos ainda pouco explorados, possibilita que as agências e operadoras de turismo ofereçam novos roteiros e novas experiências aos turistas. Assim, ganham todos os envolvidos: os gestores públicos, a iniciativa privada e o turista, que é o nosso protagonista.

Contatos:

Coordenação-Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo
Departamento de Ordenamento do Turismo
Telefone: (61) 2023-7264
regionalizacao@turismo.gov.br